

ANEX A-4 pag A-4

Líder do governo entra em confronto com relator por causa das emendas

Luiz Marques

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, se colocou ontem em posição de confronto aberto com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ao afirmar que está disposto a passar por cima do regimento interno do Congresso constituinte para que sejam votadas, na comissão, as emendas que alteram o conteúdo do anteprojeto de Constituição elaborado por Cabral.

Essas emendas (denominadas "de mérito") constituem cerca de 80% das 5.607 apresentadas ao anteprojeto de Cabral. Entre elas estão as propostas elaboradas com a participação do Palácio do Planalto, alterando questões como o sistema de governo e a estabilidade no emprego. Cabral já disse que elas não serão aceitas, uma vez que o regimento proíbe as emendas de mérito. Sant'Anna, porém, afirmou ontem que o regimento "é coisa menor e já foi desrespeitado até pelo dr. Ulysses, que dilatou o prazo de trabalho nas subcomissões". Em tom de desafio, o líder do governo acrescentou que, caso as emendas sejam rejeitadas, pedirá destaque para todas elas. "Vamos ver quem pode mais. Nós (os "moderados") temos mais votos", afirmou Sant'Anna.

Margem de manobra

Bernardo Cabral disse que não pretende deixar margem de manobras dentro da comissão para o deputado Carlos Sant'Anna. Afirmou que os destaques só poderão ser



O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (ao centro), reunido com relatores-adjuntos em seu gabinete

pedidos para as emendas utilizadas ou rejeitadas por ele. "As emendas de mérito não serão nem apreciadas. Por isso, ninguém poderá pedir destaque para aquilo que na prática não existiu". Segundo Cabral, o elevado número de emendas de mérito "vai atrapalhar o trabalho do relator, pois terei de verificar uma por uma, para saber quais são as de mérito e quais são as de adequação", disse.

Justamente por terem representado 80% do total, Carlos Sant'Anna reivindica que as emendas de mérito sejam aceitas de imediato pelo relator. Segundo ele, o fato demonstra que a maioria dos constituintes quer mudar o anteprojeto agora. "Por que esperar para depois?" perguntou. A seguir, disse que a Bernardo Cabral não cabe aceitar ou não as emendas. "Ele tem é de aprová-las ou rejeitá-las", disse o líder do governo.

Bernardo Cabral concordou com Sant'Anna. Afirmou que a decisão de tomar conhecimento ou não das emendas de mérito é do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). "E já foi decidido, numa reunião entre o presidente da Constituinte, o presidente da Sistematização e os líderes dos partidos, que nenhuma emenda de mérito será apreciada pela Sistematização.

Empresários criticam anteprojeto de Cabral

Da Reportagem Local

Reunidos ontem na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na avenida Paulista, zona central da cidade, cerca de cem empresários criticaram duramente o anteprojeto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Dos 501 artigos do texto preparado pelo relator da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), as propostas de estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais foram os principais alvos das críticas dos empresários, que participavam do seminário "Os agentes econômicos na nova Constituição", organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo jornal "O Globo".

O deputado Bernardo Cabral, que deveria participar da sessão matutina do seminário, não compareceu. O presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB-SE), anunciou sua ausência por "motivos de saúde", depois de abrir a sessão. Cabral, no entanto, reuniu-se ontem com os relatores-adjuntos da Sistematização, em Brasília. Albano Franco foi o primeiro a falar, e considerou "assuntos não pertinentes" à nova Carta a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego. Para ele, mesmo nos países em que

Fernando Santos - 2 Jul 87



O presidente da Fiesp, Mário Amato, no auditório da entidade, na Paulista

essas medidas foram adotadas, isso ocorreu através de "acordos, pactos e às vezes leis, nunca por Constituição". Franco disse que "no Brasil, a estabilidade por Constituição irá barrar os jovens na entrada do mercado de trabalho". Para o presidente da Fiesp, Mário Amato, as duas propostas são um "ingresso do populismo na área econômica".

O 1.º vice-presidente da CNI, Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, criticou o que chamou de tentativa de

se "assegurar tudo, constitucionalmente, ao trabalhador". O deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) disse considerar o anteprojeto da Comissão de Sistematização "um lixo", totalmente "inviável para receber emendas". Afif disse que vai tentar colher as assinaturas de 270 constituintes para que o prazo de entrega do relatório de Cabral seja ampliado em mais trinta dias —o prazo atual é até 15 de julho— "para que ele possa reescrever o texto".

O presidente da Confederação Nacional das Entidades Financeiras, Roberto Bornhausen, afirmou que a estabilidade proposta pelo relator da Sistematização pode trazer "efeitos danosos", entre eles a demissão de funcionários antes de completarem os noventa dias de experiência a partir dos quais obteriam a estabilidade, segundo o anteprojeto. Bornhausen referiu-se ainda ao direito de greve, afirmando que o Congresso constituinte deve aprovar também "o direito de não adesão ao movimento". O diretor regional de "O Globo" em São Paulo, Walter Fontoura, também participou da mesa.

Da mesa-redonda realizada à tarde, a partir das 14h30, participou o deputado federal e ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles (PFL-RJ), que fez um relato de seu trabalho como relator da Subcomissão de Tributação, Finanças e Orçamento. Ele afirmou que seu texto foi fruto de um "consenso", e criticou o fato de muitas de suas propostas não terem sido incluídas no relatório da Comissão da Ordem Econômica —segundo ele, pela "polarização ideológica" existente no Congresso constituinte. "Existem nacionalistas e patriotas. Os nacionalistas são contra os outros países e os patriotas são a favor do seu país. Esses nacionalistas é que levam a essas polarizações, que impedem os debates", afirmou.

Ulysses é contra calendário de debates proposto por Sampaio

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), ainda não se pronunciou sobre a proposta do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), de organização da ordem do dia para as sessões em plenário. A Folha apurou, no entanto, que sua resposta será negativa.

O deputado entregou a Ulysses, no final da semana passada, a proposta de que fosse estabelecido um calendário dos debates no plenário do Congresso constituinte —fase que se iniciará no dia 15 deste mês, depois que a Comissão de Sistematização finalizar seu anteprojeto de Constituição. Dessa forma, haveria um dia específico para a discussão da re-

forma agrária, sistema de governo, mandato de Sarney e assim por diante, sobre todos os temas importantes do Congresso constituinte. Ulysses é contrário à medida porque acha que a mobilização de grupos interessados nos temas em discussão pode criar dificuldades para os trabalhos constituintes.

Sampaio argumenta que a inexistência de um calendário transformará as sessões num grande "pinga-fofo" —isto é, reuniões semelhantes ao tempo que, nas reuniões da Câmara, é reservado aos discursos de parlamentares sobre os mais diversos assuntos, sem pauta estabelecida. Plínio quer que seja fixado um calendário de pelo menos um mês, especificando as propostas que serão defendidas e o nome dos oradores.